



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **14 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 22 de março de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO Mineiro administra pressões para montar novo comando do PSDB VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Aécio administra pressões para montar novo comando do PSDB VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Disputa por ministério opõe PTB e PR VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma recebe presidente do PR e promete resposta sobre ministério VEICULAÇÃO NACIONAL	4
DIÁRIO DO AMAPÁ Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em discussão VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O GLOBO Dilma recebe afastado na faxina VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O GLOBO Ministro da Fazenda diz que pode haver ajuste na proposta para o ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	8
O GLOBO Governo tenta manter ICMS na importação VEICULAÇÃO NACIONAL	9
AGÊNCIA SENADO Mantega admite prazo maior para unificação de alíquotas do ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	10
AMAZONIA NA REDE Defesa do PIM em Brasília repercute na CMM VEICULAÇÃO NACIONAL	12
SENADO Jucá apoia PEC que consolida áreas de livre comércio VEICULAÇÃO NACIONAL	14
SENADO Alvaro acusa ministro de levar o Brasil ao descrédito internacional VEICULAÇÃO NACIONAL	15
SENADO Sérgio Souza quer área territorial como um dos critérios do FPE VEICULAÇÃO NACIONAL	16
BOA VISTA AGORA Romero Jucá destaca emenda que prorroga prazo para funcionamento de ZPEs e ALCs na Amazônia VEICULAÇÃO NACIONAL	18

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Mineiro administra pressões para montar novo comando do PSDB		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

João Domingos - O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - Sem resolver a crise de desconfiança entre os grupos de Minas Gerais e de São Paulo, o PSDB ainda tem de administrar a ameaça de cisão no partido na véspera da eleição do novo presidente, ao que tudo indica, o senador mineiro Aécio Neves. Nos bastidores, aposta-se que o atual vice-presidente da executiva nacional, o ex-governador Alberto Goldman (São Paulo), será convidado a permanecer no cargo.

Aliado de José Serra, Goldman disse nesta quinta-feira, 21, no entanto, que só aceita ser indicado para o mesmo cargo se for para formar o consenso e se houver a certeza de que a futura executiva vai de fato trabalhar e não entrar num "jogo de faz de conta". Segundo ele, "a executiva hoje não funciona como coletivo". afirmou que no ano passado ela só fez duas reuniões e, neste, tem uma programada para a semana que vem.

O senador mineiro afirmou nesta quinta que, aos poucos, o PSDB está chegando a um consenso sobre a formação da nova executiva nacional do partido, que deverá ser comandada por ele. Lembrou que na segunda-feira terá um novo encontro com o governador Geraldo Alckmin.

Na última terça-feira, Alckmin convidou Aécio a ir até o Palácio dos Bandeirantes. De lá, os dois sairão juntos para um seminário do PSDB.

Manaus. Em outra frente de desgaste, o prefeito de **Manaus**, Arthur Virgílio, ameaça deixar o PSDB caso seja aprovada a unificação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** interestadual.


Virgílio alega que a **Zona Franca** de **Manaus** seria muito prejudicada com a aprovação da proposta enviada pela presidente Dilma Rousseff porque não teria mais tarifa diferenciada.

O governador Geraldo Alckmin apoia a unificação das tarifas, sob o argumento de que ajudará a acabar com a guerra fiscal entre os Estados. Arthur Virgílio havia se estranhado com Alckmin durante a campanha eleitoral porque o governador defendeu a extinção da **Zona Franca**. Na época, ele também ameaçou deixar o partido.

Arthur Virgílio já foi procurado pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos, também presidente do PSB, que vem trabalhando a montagem de palanques diversos nos Estados na tentativa de viabilizar sua candidatura a presidente da República. Campos conversou na sexta-feira também com José Serra, que tem comandado a resistência à passagem do comando tucano aos mineiros. Mas Aécio reagiu e foi a Serra na segunda-feira seguinte, obtendo do ex-governador a promessa de que o partido não vai rachar.

Aécio disse nesta quinta que Arthur Virgílio não sairá do partido. "Vamos conversar na semana que vem. Eu tenho certeza de que ele será um dos principais pontas de lança de nosso projeto de apresentar novas propostas para o **Brasil** na disputa do ano que vem", afirmou o senador.

Aécio lembrou ainda que o projeto que propõe a unificação do **ICMS** é polêmico e não deverá ter um desfecho rápido, porque não há consenso entre os governadores.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Aécio administra pressões para montar novo comando do PSDB		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

João Domingos

Brasília

Sem resolver a crise de desconfiança entre os grupos de Minas Gerais e de São Paulo, o PSDB ainda tem de administrar a ameaça de cisão no partido na véspera da eleição do novo presidente, ao que tudo indica, o senador mineiro Aécio Neves. Nos bastidores, aposta-se que o atual vice-presidente da executiva nacional, o ex-governador Alberto Goldman (São Paulo), será convidado a permanecer no cargo.

Aliado de José Serra, Goldman disse ontem, no entanto, que só aceita ser indicado para o mesmo cargo se for para formar o consenso e se houver a certeza de que a futura executiva vai de fato trabalhar e não entrar num "jogo de faz de conta". Segundo ele, "a executiva hoje não funciona como coletivo". Afirmou que no ano passado ela só fez duas reuniões e, neste, tem uma programada para a semana que vem.

O senador mineiro afirmou ontem que, aos poucos, o PSDB está chegando a um consenso sobre a formação da nova executiva nacional do partido, que deverá ser comandada por ele. Lembrou que na segunda-feira terá um novo encontro com o governador Geraldo Alckmin.

Na última terça-feira, Alckmin convidou Aécio a ir até o Palácio dos Bandeirantes. De lá, os dois sairão juntos para um seminário do PSDB.

Manaus. Em outra frente de desgaste, o prefeito de **Manaus**, Arthur Virgílio, ameaça deixar o PSDB caso seja aprovada a unificação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** interestadual.

Virgílio alega que a **Zona Franca** de **Manaus** seria muito prejudicada com a aprovação da proposta enviada

pela presidente Dilma Rousseff porque não teria mais tarifa diferenciada.

O governador Geraldo Alckmin apoia a unificação das tarifas, sob o argumento de que ajudará a acabar com a guerra fiscal entre os Estados. Arthur Virgílio havia se estranhado com Alckmin durante a campanha eleitoral porque o governador defendeu a extinção da **Zona Franca**. Na época, ele também ameaçou deixar o partido.

Arthur Virgílio já foi procurado pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos, também presidente do PSB, que vem trabalhando a montagem de palanques diversos nos Estados na tentativa de viabilizar sua candidatura a presidente da República. Campos conversou na sexta-feira também com José Serra, que tem comandado a resistência à passagem do comando tucano aos mineiros. Mas Aécio reagiu e foi a Serra na segunda-feira seguinte, obtendo do ex-governador a promessa de que o partido não vai rachar.

Aécio disse ontem que Arthur Virgílio não sairá do partido. "Vamos conversar na semana que vem. Eu tenho certeza de que ele será um dos principais pontos - de lança de nosso projeto de apresentar novas propostas para o **Brasil** na disputa do ano que vem", afirmou o senador.

Aécio lembrou ainda que o projeto que propõe a unificação do **ICMS** é polêmico e não deverá ter um desfecho rápido, porque não há consenso entre os governadores.


Crítica

Alberto Goldman

EX-governador e vice-presidente do PSDB

"Não vou entrar num jogo de faz de conta."

"A executiva do partido, hoje, não funciona como coletivo"

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Disputa por <u>Ministério</u> opõe PTB e PR		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Vera Rosa

Brasília

A disputa do PTB e do PR por uma cadeira na Esplanada dos Ministérios está cada vez mais acirrada. Apesar da pressa dos partidos, a presidente Dilma Rousseff decidiu adiar para terça-feira a segunda etapa da reforma ministerial, aumentando as pressões por cargos entre os aliados.

Na lista dos cotados para ocupar o Ministério dos Transportes, o senador Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP) admitiu ser próximo ao deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal no processo do mensalão e está prestes a perder o mandato.

"Sou próximo dele, sim, mas quem não é?", perguntou Rodrigues. "Já está definido que o Valdemar vai se afastar do partido e não é por isso que vai deixar de ser meu amigo." Rodrigues não vê prejuízos à sua eventual indicação para o governo pelo fato de ser amigo de Costa Neto e disse estar "assustado" com o que chamou de "fofocaiada" em Brasília. O PR tem, hoje, cinco candidatos a uma vaga no primeiro escalão do governo. Além de Rodrigues, estão na lista os deputados Jaime Martins (MG), Aracely de Paula (MG), Luciano Castro (RR) e Ronaldo Fonseca (DF).

Presidente nacional do PR e ex- ministro dos Transportes - defenestrado na "faxina" administrativa de 2011 -, o senador Alfredo Nascimento (AM) esteve ontem com Dilma, acompanhado do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (AM). A conversa girou em torno da Zona Franca de Manaus e da candidatura de Braga ao governo do Amazonas. Antes de Nascimento sair, Dilma prometeu chamá-

lo novamente na terça-feira para definir o espaço do partido na equipe.

Em conversas reservadas, integrantes do PR dizem que, se a presidente não atendê-los, corre o risco de ver a legenda se aliar ao governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), possível adversário de Dilma em 2014.

"Se depender de mim, não haverá apoio a Eduardo Campos, mas não mando no partido", afirmou Rodrigues. O PR tem a oferecer a Dilma um dote de 1 minuto e dez segundos na propaganda eleitoral de rádio e TV, além palanques nos Estados. O atual ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, é filiado ao PR, mas o partido quer substituí-lo por considerá-lo da "cota pessoal" da presidente. Dilma resiste à troca e pode oferecer uma estatal ao PR, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Sem nenhum Ministério, o PTB também está à espera de uma definição da presidente, Agora, o partido do ex-deputado Roberto Jefferson - delator do mensalão - está de olho em Ciência e Tecnologia e na nova Secretaria da Micro e Pequena Empresa, prometida para o vice-governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos (PSD). O PTÉ quer indicar para o governo o senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

A cota de Dilma

A indicação do vice-governador Afif Domingos (PSD) para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa faz parte da "cota" de Dilma. Trata-se de um jogo que beneficia tanto o governo como o PSD.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma recebe presidente do PR e promete resposta sobre <u>Ministério</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente conversa hoje com PTB para tratar da volta do partido à Esplanada

Júnia Gama, Maria Lima e Luiza Damé

BRASÍLIA A presidente Dilma Rousseff recebeu ontem pela manhã o presidente do PR, senador Alfredo Nascimento (PR-AM) - afastado em 2011 do Ministério dos Transportes após a chamada "faxina ética" da presidente - para tratar de assuntos da Zona Franca de Manaus, mas já adiantou que irá analisar os nomes do partido para ocupar um Ministério na reforma em curso e que dará uma resposta terça-feira, em nova reunião com a cúpula do partido. A reunião do dia 26 terá a presença do líder do PR na Câmara, Anthony Garotinho, como o próprio deputado fez questão de divulgar por meio de nota. O líder do PTB no Senado, Gim Argello (DF), acertou reunião com Dilma para hoje, junto com o presidente do partido, Benito Gama, para tratar da volta dos petebistas à Esplanada.

Os dirigentes do PR terão que se entender e afinar uma posição sobre os cinco candidatos ao Ministério dos Transportes, ou outro Ministério - o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio também é citado. Não bastasse a briga interna, o PT também tenta influenciar na escolha do PR, indicando o senador suplente Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP), para abrir vaga no Senado ao segundo suplente Paulo Frateschi, secretário de Organização do partido.

- Estou assustado com tanta fofoca! O fogo amigo está tumultuando tudo. Está todo mundo disputando uma vaga que a gente ainda nem sabe o que é. Uma hora sou eu, depois é fulano. Mas encontrei com Dilma há 15 dias, e ela me disse: chega de paulista no Ministério - disse o senador Antônio Carlos Rodrigues, que assumiu no Senado quando Marta Suplicy (PT) foi para o Ministério da Cultura.

O presidente interino do PTB, Benito Gama, confirmou a ida hoje ao Planalto. Mas nega que já esteja sendo articulada a indicação do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) para o Ministério de Ciência e Tecnologia ou para a recém-criada Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Ao assumir o cargo ontem, o novo ministro do Trabalho, Manoel Dias, afirmou que a troca no comando da pasta não

garante apoio do seu partido, o PDT, à reeleição da presidente Dilma. Na cerimônia, disse que vai "resgatar" a imagem do ex-ministro Carlos Lupi, afastado no final de 2011 sob suspeitas de corrupção. Aliado de primeira hora de Lupi, Dias foi nomeado por Dilma em uma tentativa de unificar o partido para o palanque de 2014, já que o antecessor no cargo, Brizola Neto (PDT-RJ), não tinha apoio do partido controlado por Carlos Lupi.

Desagravo a Carlos Lupi

Manoel Dias afirmou que o ex-ministro foi vítima de "injusta campanha" e confirmou que Paulo Roberto Pinto, ex secretário-executivo da gestão de Lupi, voltará a ocupar a função.

- O tempo é o senhor da razão, a população vai ver que ele foi um bom ministro. O Lupi é presidente do meu partido, eu não posso deixar de ser fiel a ele nem negar minha amizade porque alguém acha que ele errou. Eu acho que ele não errou, acho que ele sofre uma injustiça e uma discriminação muito grande. Não tem processo nem nada contra ele - disse Manoel Dias, salientando que a aliança com o PT em 2014 não é automática: - Estamos no governo hoje em decorrência do apoio à presidente nas eleições passadas; 2014 é outra eleição. Se nosso partido se sentir atendido, e nós pudermos implementar as políticas públicas que defendemos, isso pode, de repente, sinalizar o apoio à presidente.

O líder do PDT na Câmara, André Figueiredo (CE), reforçou:

- A ida de Dias para o Ministério não foi condicionada ao apoio à reeleição. O que aconteceu foi que a presidente Dilma resolveu dialogar com o PDT, porque antes esse diálogo não existia.

Prova de que o partido não está pacificado foi a ausência de Brizola Neto e Carlos Lupi na cerimônia. Hoje, o PDT realiza sua convenção nacional, em Luziânia (GO), onde deve reconduzir Lupi à presidência. O grupo de Brizola não conseguiu os 30% de votos para lançar uma chapa de oposição.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAPÁ	EDITORIA	
	TÍTULO Área de Livre <u>Comércio</u> de Macapá e Santana em discussão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O secretário de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), José Reinaldo Picanço, participou nessa terça-feira, 20, da reunião que tratou sobre o encerramento de licença da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), na Associação Comercial e Industrial do Amapá (Acia).

Segundo o titular da Seicom, a isenção de impostos como o de importação e o de produtos industrializados tem validade até 31 de dezembro de 2013. Porém, o governo esta-dual tem buscado alternativas para que esse prazo seja prolongado.


O senador José Sarney ingressou no Congresso Nacional com um projeto de lei e uma proposta de emenda à Constituição ligando o funcionamento da ALCMS ao tempo destinado à concessão da Zona Franca de Manaus.

Representantes do governo, organizações sociais, Associações do Comércio, Federação do Comércio (Fecomércio/AP), Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e o Conselho das Associações de Moradores do Estado do Amapá (Coam/AP) se encontraram para buscar

formas de manter os benefícios fiscais da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS).

Para o presidente do Coam-AP, Robson Bastos, todos precisam se organizar para que a ALCMS permaneça por mais pelo menos 30 anos. "Perderemos na geração de emprego e renda, sem contar com os acréscimos nos preços das mercadorias, devido à falta de isenção do Imposto de Produtos Importados (IPI), Imposto de Importação (II) e outros incentivos fiscais que ainda possuímos", enfatizou.

"Queremos marcar uma audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir com toda a sociedade e órgãos competentes o aumento do prazo para que a ALCMS funcione pelo menos mais 30 anos", argumentou o gestor da Coam/AP.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma recebe afastado na faxina		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma recebeu o ex-ministro Alfredo Nascimento (PR), afastado na "faxina ética", com quem discutiu nome do partido para o Ministério. O novo ministro do Trabalho, Manoel Dias (PDT), prometeu resgatar imagem de Carlos Lupi

Dilma recebe presidente do PR e promete resposta sobre Ministério

Presidente conversa hoje com PTB para tratar da volta do partido à Esplanada

Júnia Gama, Maria Lima e Luiza Damé

BRASÍLIA A presidente Dilma Rousseff recebeu ontem pela manhã o presidente do PR, senador Alfredo Nascimento (PR-AM) - afastado em 2011 do Ministério dos Transportes após a chamada "faxina ética" da presidente - para tratar de assuntos da Zona Franca de Manaus, mas já adiantou que irá analisar os nomes do partido para ocupar um Ministério na reforma em curso e que dará uma resposta terça-feira, em nova reunião com a cúpula do partido. A reunião do dia 26 terá a presença do líder do PR na Câmara, Anthony Garotinho, como o próprio deputado fez questão de divulgar por meio de nota. O líder do PTB no Senado, Gim Argello (DF), acertou reunião com Dilma para hoje, junto com o presidente do partido, Benito Gama, para tratar da volta dos petebistas à Esplanada.

Os dirigentes do PR terão que se entender e afinar uma posição sobre os cinco candidatos ao Ministério dos Transportes, ou outro Ministério - o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio também é citado. Não bastasse a briga interna, o PT também tenta influenciar na escolha do PR, indicando o senador suplente Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP), para abrir vaga no Senado ao segundo suplente Paulo Frateschi, secretário de Organização do partido.

- Estou assustado com tanta fofoca! O fogo amigo está tumultuando tudo. Está todo mundo disputando uma vaga que a gente ainda nem sabe o que é. Uma hora sou eu, depois é fulano. Mas encontrei com Dilma há 15 dias, e ela me disse: chega de paulista no Ministério - disse o senador Antônio Carlos Rodrigues, que assumiu no Senado quando Marta Suplicy (PT) foi para o Ministério da Cultura.

O presidente interino do PTB, Benito Gama, confirmou a ida hoje ao Planalto. Mas nega que já esteja sendo articulada a indicação do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) para o Ministério de Ciência e Tecnologia ou para a recém-criada Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Ao assumir o cargo ontem, o novo ministro do Trabalho, Manoel Dias, afirmou que a troca no comando da pasta não garante apoio do seu partido, o PDT, à reeleição da presidente Dilma. Na cerimônia, disse que vai "resgatar" a imagem do ex-ministro Carlos Lupi, afastado no final de 2011 sob suspeitas de corrupção. Aliado de primeira hora de Lupi, Dias foi nomeado por Dilma em uma tentativa de unificar o partido para o palanque de 2014, já que o antecessor no cargo, Brizola Neto (PDT-RJ), não tinha apoio do partido controlado por Carlos Lupi.

Desagravo a Carlos Lupi

Manoel Dias afirmou que o ex-ministro foi vítima de "injusta campanha" e confirmou que Paulo Roberto Pinto, ex secretário-executivo da gestão de Lupi, voltará a ocupar a função.

- O tempo é o senhor da razão, a população vai ver que ele foi um bom ministro. O Lupi é presidente do meu partido, eu não posso deixar de ser fiel a ele nem negar minha amizade porque alguém acha que ele errou. Eu acho que ele não errou, acho que ele sofre uma injustiça e uma discriminação muito grande. Não tem processo nem nada contra ele - disse Manoel Dias, salientando que a aliança com o PT em 2014 não é automática: - Estamos no governo hoje em decorrência do apoio à presidente nas eleições passadas; 2014 é outra eleição. Se nosso partido se sentir atendido, e nós pudermos implementar as políticas públicas que defendemos, isso pode, de repente, sinalizar o apoio à presidente.

O líder do PDT na Câmara, André Figueiredo (CE), reforçou:

- A ida de Dias para o Ministério não foi condicionada ao apoio à reeleição. O que aconteceu foi que a presidente Dilma resolveu dialogar com o PDT, porque antes esse diálogo não existia.

Prova de que o partido não está pacificado foi a ausência de Brizola Neto e Carlos Lupi na cerimônia. Hoje, o PDT realiza sua convenção nacional, em Luziânia (GO), onde deve reconduzir Lupi à presidência. O grupo de Brizola não conseguiu os 30% de votos para lançar uma chapa de oposição.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro da Fazenda diz que pode haver ajuste na proposta para o ICMS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mudanças

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que a proposta do governo para a reforma do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual não é definitiva, de modo que ainda pode haver negociação com os governadores dos estados.

"Podemos alterar o ritmo [de redução da alíquota para 4%]", declarou ele, explicando que o ritmo de queda da alíquota de 12%, para os estados menos desenvolvidos, pode demorar um pouco mais, proporcionando a eles mais vantagens em termos de arrecadação. "Podemos ter algum ajustamento [na proposta do governo]. Pode mexer um pouco nos tempos. Temos que dar o tempo necessário para que os estados menos desenvolvidos façam o ajuste", declarou Mantega.

Atualmente, há duas alíquotas de ICMS interestaduais no país. A alíquota geral é de 12%, mas nas vendas realizadas da região Sul do país, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para os estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e mais o Espírito Santo, a alíquota cobrada é de 7%. Inicialmente, o governo propôs que as alíquotas de todos estados convergissem para 4% no decorrer de oito anos, a partir de 2014, e depois subiu este prazo para 12 anos.

O Governo Federal propõe que a cobrança do ICMS seja feita no destino, ou seja, no local onde o produto é consumido. O objetivo da medida, segundo o governo, é acabar com a chamada "guerra fiscal", por meio da qual alguns estados concedem benefícios para as empresas se instalarem em seu território. Esses benefícios, porém, estão sendo questionados na Justiça, gerando insegurança jurídica para os investidores. Pela proposta do governo, haveria um "acordo de convalidação" entre os estados de benefícios já concedidos.

Nesta semana, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator da resolução do Senado Federal que trata da unificação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS) interestadual, confirmou que o assunto deverá ser votado na CAE somente em abril. A expectativa anterior era de que a votação acontecesse em 26 de março na comissão. O objetivo é avançar nas negociações com os estados.


Fundos para os estados

O ministro da Fazenda também declarou que o fundo de desenvolvimento regional, cuja previsão é de alocar R\$ 296 bilhões entre 2014 e 2033, para os estados no decorrer de 20 anos, dos quais R\$ 222 bilhões em recursos financeiros (empréstimos), terá juro subsidiado nas linhas de financiamento.

"Os recursos financeiros serão balizados pela TJLP. Os recursos captados pelos estados pagam mais do que isso. Em geral, pagam 9%, 10% e 11% ao ano, mesmo com o BNDES. O que estamos falando aqui é de 5% da TJLP. É algo subsidiado. Ele pode pegar os recursos e emprestar para o setor privado ...) E estado resolve como usa estes recursos. Certamente vão usar para melhorar a infraestrutura. O estado pode emprestar para as empresas com TJLP, coisa que as empresas não conseguem", declarou Mantega.

Além do fundo de desenvolvimento regional, a proposta do governo também contempla um fundo de compensação para evitar perdas para os estados. Este fundo terá, pela proposta atual, até R\$ 8 bilhões anuais em recursos orçamentários.

"Existe um sistema para determinar essas perdas que é totalmente preciso, por meio da nota fiscal eletrônica. Podemos saber exatamente quanto o estado perde e quanto ganha. Os cálculos foram feitos junto com o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne os secretários de Fazenda dos estados brasileiros]. Temos uma tabela, que diz ano a ano qual seria a perda. Estamos falando de perdas efetivas, e não o subsídio dado, mas quanto deixa de ser arrecadado. Não haverá dúvida para o ressarcimento", afirmou Mantega.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo tenta manter <u>ICMS</u> na <u>importação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para Fazenda, mudança só deve valer após a decisão do STF

BRASÍLIA e RIO O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, informou ontem que o governo vai pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins nas operações de importação não seja retroativa e só passe a valer a partir da decisão da Corte.

Na quarta-feira, o STF julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. Para os ministros, trechos da lei 10.865/04, que trata da inclusão do ICMS na cobrança do PIS/Cofins sobre importação, ferem regras estabelecidas na Constituição.

Segundo Barbosa, a equipe econômica está avaliando quais tipos de ajustes terão que ser feitos nas contas públicas para acomodar a perda de receita bilionária. Entre 2006 e 2010, a inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos federais resultou numa arrecadação de R\$ 34 bilhões para a União.

- Vamos pedir ao Supremo a modulação da decisão de modo que seu impacto seja mais suave no tempo - disse Barbosa.


Já o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que, se a decisão só valer para o futuro, não haverá perdas para os cofres públicos.

redução de 5% nos preços

O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, estima que a decisão do STF deve levar a uma redução de no mínimo 5% nos preços dos produtos importados. No entanto, é possível que essa queda não chegue ao consumidor final.

- É difícil dizer se essa redução vai se transformar em lucro para o empresário ou, de fato, em baixa de preços para o consumidor brasileiro - afirmou Castro.

Ainda que que essa diminuição chegue ao consumidor, Castro avalia que o impacto na inflação será pequeno, pois a maior pressão sobre o índice vem dos alimentos. (Martha Beck)

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega admite prazo maior para unificação de alíquotas do ICMS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu nesta quinta-feira (21), no Senado, a ampliação do prazo de transição para a unificação em 4% da alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Questionado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que defendia a manutenção de duas alíquotas diferentes – de 4% para Sul e Sudeste e de 7% para as demais regiões –, Mantega insistiu na unificação, mas aceitou "mexer no tempo" para a mudança.

– Pode-se dar o tempo necessário para que os estados em desenvolvimento se ajustem à unificação das alíquotas – disse o ministro.

De acordo com ele, será a segunda mudança do governo nessa matéria. Antes de o projeto de resolução (PRS 1/2013) ser encaminhado ao Senado, diante do impasse entre os estados do Sul e Sudeste (que preferem convergência imediata para 4%) e os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (que defendem as alíquotas de 7% e 4%), o Executivo federal optou por uma "solução intermediária": transferiu para 2025 o início da vigência da alíquota de 4% nas operações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para Sul e Sudeste. Até lá, haverá redução gradual, de um ponto percentual a cada ano.

A negociação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é coordenada pelo relator da proposta, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que manifestou, na audiência pública com Mantega, sua intenção de minimizar as perdas dos estados. O trabalho, acrescentou, está articulado com o relator da Medida Provisória 599/2012, senador Walter Pinheiro (PT-BA), porque essa MP cria os fundos de compensação de receitas (FCR) e de desenvolvimento regional (FDR).

Para facilitar o entendimento sobre a proposta, o presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), ampliou para 16 de abril o prazo de apresentação do relatório, antes fixado em 26 de março. A votação poderá ocorrer logo em seguida, com pedido de urgência para deliberação final em Plenário no início de maio.

Walter Pinheiro disse que as armas da guerra fiscal – pela qual estados atraem investimentos privados com a redução de ICMS – estão ultrapassadas e precisam ser

substituídas por instrumentos mais moderno de desenvolvimento regional.

Com o FCR e o FDR, o Governo Federal pretende combater dois problemas: o orçamentário, já que alguns estados perderão receitas na transição; e o econômico, porque unidades federativas pobres, sem condições de oferecer incentivos fiscais, não atraem indústrias. Com o FDR e o programa de investimentos federais, a União quer tornar esses estados mais atraentes aos investidores privados.

Teto

Como a MP fixa em R\$ 8 bilhões o teto anual de transferências aos estados a título de compensação das perdas de arrecadação, vários senadores questionaram o ministro sobre a exatidão do cálculo dos valores que cada um deixará de arrecadar com a diminuição das alíquotas interestaduais. Mantega disse que o cálculo baseou-se nos dados da nota fiscal eletrônica e sua elaboração teve a participação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), refletindo a realidade após a dedução dos incentivos fiscais.

O ministro manifestou-se contra sugestões de vários senadores no sentido de aumentar os recursos orçamentários que compõem o FDR, limitados pela MP a 25% – os restantes 75% serão emprestados pelos bancos oficiais. Segundo ele, o Orçamento da União não teria condições de suportar uma participação maior no fundo, que transferirá aos estados quase R\$ 300 bilhões até 2033.

Mantega ressaltou, no entanto, que o custo desse dinheiro será baixo, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), à semelhança do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste). Ele acrescentou que os estados terão liberdade para gerenciar esses recursos, inclusive criando seus próprios fundos de investimento.

Incentivos

Diante da ponderação de vários senadores, como Armando Monteiro (PTB-PE), quanto às dificuldades para aprovação da alíquota interestadual unificada do ICMS, Mantega admitiu estudar a possibilidade de o Governo

Federal oferecer incentivos fiscais para atrair investimentos nos estados menos desenvolvidos. Uma das idéias citadas pelo senador é a possibilidade de se conceder o regime de depreciação acelerada de bens de capital em determinadas regiões, pelo qual as empresas ali instaladas poderiam reduzir o pagamento do imposto de renda.

Mantega disse que a União prevê gastos de quase meio trilhão de reais para essa mudança no **ICMS**, que considerou um passo significativo, equivalente a 70% da reforma tributária de que o país necessita. O passo seguinte, acrescentou, envolverá o próprio governo, com alterações no PIS/Cofins.

Na avaliação do ministro, o **ICMS** reduz a produtividade das empresas, provoca uma acumulação de créditos não repassados e gera incerteza jurídica. Com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando a inconstitucionalidade das leis estaduais de concessão de incentivos fiscais, o **ICMS** enfrenta também incerteza jurídica, acrescentou.

O fato é que, depois de reiteradas decisões, o STF colocou em debate a Proposta de Súmula Vinculante 69, segundo a qual é inconstitucional qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao **ICMS**, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do Confaz. Como os incentivos da guerra fiscal não foram aprovados pelo Confaz, uma das propostas do governo viabiliza sua convalidação pelo conselho.

Quanto às dívidas dos estados, Mantega admitiu também a retroatividade a janeiro de 2013 da aplicação da troca do critério de correção, do Índice Nacional de Preços do **Mercado** (IGP-M) para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). O projeto de lei complementar (PLP 238/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados) prevê também a redução dos juros reais, de 6% a 9% anuais para 4% ao ano.

	VEÍCULO AMAZONIA NA REDE	EDITORIA	
	TÍTULO Defesa do <u>PIM</u> em Brasília repercute na CMM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Manaus - A posição do governador Omar Aziz (PSD) em defesa dos interesses da Zona Franca de Manaus (ZFM), em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em Brasília (DF), e o enfrentamento aos governadores de São Paulo, Geraldo Alkmin (PSDB), e de Minas Gerais, Antônio Anastasia (PSDB), ferrenhos opositores da Zona Franca de Manaus, repercutiram na Câmara Municipal de Manaus (CMM).

A discussão girou em torno da Medida Provisória (MP) 599, que cria um fundo de compensação e um fundo de **desenvolvimento regional** para recompor perdas dos Estados com a redução e unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** interestadual, conforme prevê o projeto de resolução encaminhado pelo **Governo Federal** ao Senado, que unifica a alíquota do tributo em 4% (atualmente de 12%) no prazo de 12 anos a partir de 2014. A proposta exclui o **Amazonas**, que permanecerá com **ICMS** diferenciado em razão da **ZFM**, o que contraria os interesses dos Estados do Sul e Sudeste, os ferrenhos opositores do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

O primeiro vereador a falar sobre o assunto foi Mitoso (PSD), ao ressaltar que estava orgulhoso de ver o governador, que é do mesmo partido, enfrentar as 'feras' do Sul e do Sudeste. "Porque o **Governo Federal** garantiu a prorrogação da **ZFM**, mas não os incentivos fiscais", disse ele, ao afirmar que o momento é de junção de esforços de todos para preservação desse modelo, tão **importante** para os amazonenses. O parlamentar sugeriu ainda, o **monitoramento** da situação e que essa seja uma bandeira de luta de todos: governo, parlamentares, **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)** e Secretaria de Fazenda (Sefaz).

Waldemir José (PT), por sua vez, sugeriu uma Moção de Repúdio aos governadores Alkmin e Anastasia, por causa de seus posicionamentos contra a **Zona Franca de Manaus**, aprovada nesta quarta mesma. A tese defendida por eles, segundo o vereador, vai de encontro aos interesses de **Manaus** e da **ZFM**.

De acordo com o parlamentar, infelizmente, a economia do Estado depende do **Distrito Industrial**. "As nossas elites, incompetentes, não conseguiram desenvolver outra alternativa

de **produção**. Tenho sérias críticas ao modelo, mas ainda não temos algo que possa ser substituta", afirmou.

Glória Carrate (PSD) também destacou a postura do governador que não se intimidou diante dos poderosos do Sudeste e Sul do país. "Tenho orgulho de dizer que faço parte desse governo", garantiu.

O vereador Luiz Alberto Carijó (PDT) também se indignou com o tratamento do governo central com a **Zona Franca de Manaus**. "A **Zona Franca** está sempre na corda bamba. Um Estado com quase três milhões de habitantes precisa ficar pedindo a benção pela sobrevivência do Polo Industrial de **Manaus**", disse ele. Carijó assegurou ser inconcebível que após 40 anos de **ZFM** não termos outra alternativa, mas não seria por isso que deixariam de lutar a favor do modelo. "Parece que o país sofreu secessão e tratam o Estado como se não fosse Brasil. Há de se perguntar: será que pertencemos a esse país?", questionou, destacando a insensibilidade do Sul e Sudeste contra o Norte do país.

Marcelo Serafim (PSB) acredita que a falta de informação sobre o problema dificulta uma defesa mais eficaz dos interesses da **Zona Franca de Manaus**. "Nosso Estado é mal informado. Falha a Sefaz e a **Suframa**. Dia desses, falavam da renúncia fiscal e alardeavam que o Estado teria R\$ 24 bilhões de renúncia fiscal do **ICMS**, como se ficasse esse montante ficar em **Manaus**", disse o vereador, ao esclarecer que desses R\$ 24 bilhões, R\$ 18 bilhões são arrecadados de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e a renúncia fiscal realmente seria de apenas R\$ 6 bilhões.

Outro esclarecimento feito pelo vereador: "O **Amazonas** é um Estado produtor e quem mais se beneficia com a renúncia fiscal é quem consome. Portanto, quem compra são paulistas e sulistas. São essas as pessoas diretamente beneficiadas com a renúncia fiscal da **ZFM**. Então estamos cegos. Por que não incluímos isso nos debates?", questionou Marcelo Serafim ao afirmar que é preciso que as bancadas federal, de senadores e deputados façam coro. "A **ZFM** não beneficia só o **Amazonas**, mas o Brasil, os brasileiros que consomem os produtos fabricados aqui. Portanto, é preciso rever o discurso, porque não adianta prorrogar a **ZFM** se não

tivermos energia de boa qualidade, escoamento e internet. Não conseguiremos manter as empresas e prorrogar a **ZFM** por 50 anos”, afirmou.

O vereador criticou ainda o fato do deputado Federal Marco Maia (PT-RS) ter sido tratado como aliado na homenagem na Assembleia Legislativa do **Amazonas** (Aleam). “Esqueceram que esse deputado ficou sentado em cima da PEC da **Zona Franca** de **Manaus** por muito tempo. É para ser tratado como inimigo e não amigo da **ZFM**”, argumentou.

O vereador Elias Emanuel (PSB) assegurou que o país não tem prejuízos com a **Zona Franca** de **Manaus**. Ele elogiou a desenvoltura do governador em Brasília na defesa da **ZFM**. O vereador afirmou que da renúncia fiscal do país, no valor de R\$ 145 bilhões, só para o Sudeste vão R\$ 70 bilhões. “Então, o **Brasil** não tem prejuízo com a **ZFM**”, garantiu.

O parlamentar criticou, ainda, a desunião dos Estados do Norte, e citou o Pará, que está reivindicando cota única do **ICMS** para todos os Estados, sem levar em conta a situação diferenciada do **Amazonas**, e se alinhando aos interesses da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo).

Massami Miki, por sua vez, disse que ficou mais tranquilo com relação ao assunto, após reunião do senador Eduardo Braga (PMDB), Néelson Barbosa, com o secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, para tratar sobre a resolução, que será votada no dia 26 de março no senado federal. Para o vereador, a perda de receita no **Brasil** ocorre com a invasão dos produtos chineses, que gera impostos, emprego e renda na China e não no país.

Também se pronunciaram sobre o assunto os vereadores: Carlos Alberto (PRB), Professor Bibiano (PT), Socorro Sampaio (PP), Professor Samuel (PPS), Marcel Alexandre (PMDB), Roberto Sabino (PRTB), Rosivaldo Cordovil (PTN), Isaac Tayah (PSD), Everaldo Farias (PV), Rozenha (PSDB), Dr. Gomes (PSD) e Wilker Barreto (PHS).

Fonte: Dircom/CMM

Fotografia: Tiago Corrêa/ CMM

	VEÍCULO SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Jucá apoia PEC que consolida áreas de livre <u>comércio</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Romero Jucá (PMDB-RR) manifestou apoio à proposta que mantém o funcionamento das áreas de livre comércio (ALCs) existentes na Amazônia enquanto for mantida a Zona Franca de Manaus. Na avaliação do senador, a PEC 7/2013, de autoria de José Sarney (PMDB-AP), assegura igualdade e justiça aos estados da região.

— Tenho defendido que cada área de livre comércio da Amazônia vire um satélite da Zona Franca de Manaus, com orçamento próprio, no sentido de diversificar o

desenvolvimento e a industrialização sustentável na Amazônia — afirmou.

Jucá lembrou que, por acordo do Mercosul, não é mais possível criar ALCs no país, o que torna importante consolidar as já existentes de modo a agregar riquezas na Amazônia.

Ele espera que a emenda possa ser apreciada com prioridade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



VEÍCULO SENADO	EDITORIA	
TÍTULO Alvaro acusa ministro de levar o <u>Brasil</u> ao descrédito internacional		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo vem fazendo previsões “otimistas em excesso” em relação à economia do país.


Segundo o senador, as previsões do ministro da Fazenda, Guido Mantega, “frustram sempre”. Ele citou como exemplo as projeções para o crescimento do produto interno bruto (**PIB**) feitas pelo ministro para os últimos dois anos.

— Vossa Excelência previu 5,5% em 2011 e chegou-se a 2,73%. Previu de 4,5% a 5% em 2012 e chegou-se a 0,87% — recordou o senador.

Alvaro disse que uma previsão equivocada pode ser fruto somente da incompetência, mas também pode ser fruto de “mentira deliberada” e classificou uma conduta assim como desonesta.

— É desonesto fazer previsões exageradas quando se possui mecanismos e informações capacitados para se oferecer uma previsão mais próxima da realidade. Ninguém está pedindo para o ministro ser pessimista, mas esse otimismo exagerado acaba comprometendo a credibilidade do país internacionalmente — alertou o senador.

Como exemplo, ele lembrou a época em que o **Governo Federal** disseminou a ideia de que o Brasil estaria vivendo “um espetáculo de crescimento” e, no final, viu-se que o país teve um desempenho melhor apenas que o Haiti.

	VEÍCULO SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Sérgio Souza quer área territorial como um dos critérios do FPE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Aprovada urgência para novos critérios do FPE, mas votação é adiada

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu nesta quinta-feira (21) a inclusão do critério territorial na proposta que trata das novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O substitutivo do senador Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos sobre o tema prevê que os estados receberão no mínimo o mesmo que recebem hoje e divide o excedente apenas pelos critérios da população e inverso da renda per capita.

A sugestão dos três critérios consta de uma emenda do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) e segue a recomendação do Código Tributário Nacional, de 1966, alterada por lei de 1989. A lei, que fixou os atuais critérios, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e o Congresso tem até junho para fixar novas regras.

Para Sérgio Souza, não é justo que as regiões Sul e Sudeste, com 56,5% da população nacional, 71,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e 78,7% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, de onde vem o dinheiro do FPE, fiquem com apenas 15% dos recursos do fundo. Para ele, a situação será ainda pior com a aprovação do substitutivo de Pinheiro, que reduzirá o índice para 14,2%.

- Há uma diferença enorme. Eu não sou contra a distribuição de riquezas neste país, mas temos que levar em consideração essa distância e alterar a proposta apresentada pelo senador Walter Pinheiro.

O senador defendeu, ainda, o tratamento do **desenvolvimento regional** de forma diferenciada, dentro das unidades da federação. Na opinião do senador, todos os estados têm problemas de sub**desenvolvimento** e há regiões do Nordeste, por exemplo, mais desenvolvidas que áreas do Sul.

'Arranjadinho'

Em aparte, o senador Pedro Taques (PDT-MT) foi mais enfático, chamando de "arranjadinho" reduzir a

questão dos estados à discussão do FPE. Ele também ressaltou que o Congresso se omitiu nos últimos anos, já que tinha até o fim de 2012 para redefinir os critérios de distribuição do fundo, mas não cumpriu o prazo.

A exemplo de Souza, Taques discordou da proposta apresentada por Pinheiro, destacando o impacto da extensão territorial na utilização dos recursos.

- Mato Grosso, Pará e **Amazonas** são estados com extensão territorial continental. Uma escola é construída em Mato Grosso a 1.500 quilômetros de Cuiabá. Esse valor do fundo repassado para o Mato Grosso, para o Pará, para o **Amazonas** tem um valor infinitamente menor do ponto de vista de concretização de políticas públicas. E aí se fala que Mato Grosso não vai perder, que o **Amazonas** não vai perder, que o Pará não vai perder. Isso é algo como uma piada, mais ou menos assim, faz-me rir - criticou.

Equilíbrio

Já o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) elogiou a ideia de Walter Pinheiro de garantir um piso a todos os estados, correspondente aos valores recebidos atualmente na divisão do fundo. Ele concordou com os colegas em relação à necessidade de se discutir os diversos temas do pacto federativo em conjunto.

- Penso que o correto seria discutir tudo junto mesmo: o FPE, a questão da equalização do **ICMS**, os royalties, colocar tudo. E é por isso que aqui, no Senado, são eleitos três senadores para cada estado, independente da população, que é para a gente fazer o equilíbrio da Federação na República - disse.

'Falta de explicação'

A senadora Vanessa Grazziotin afirmou que é necessário debater uma outra proposta, diferente da que se encontra em discussão, para se levar em conta critérios como a extensão territorial e a questão ambiental. Ela relatou que, por ter a **Zona Franca** de **Manaus**, o que garante uma "arrecadação própria significativa", o **Amazonas** recebe menos de 3% dos recursos do fundo.

- Por que a Bahia participa com quase 10% do FPE, seguida pelo Ceará, com mais de 7%, Maranhão, mais de 7%, Pernambuco, quase 7%, e aí cai, Pará, 3%? Qual é mesmo o critério? É exatamente decorrência dessa falta de uma explicação clara que nós precisamos votar uma nova lei.



VEÍCULO
BOA VISTA AGORA

EDITORIA

TÍTULO

Romero Jucá destaca emenda que prorroga prazo para funcionamento de ZPEs e ALCs na Amazônia

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

O senador Romero Jucá (PMDB/RR), destacou em plenário, nesta quinta-feira (21), à proposta de emenda à Constituição (PEC) que mantém o funcionamento das Áreas de Livre Comércio (ALCs) e das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) existentes na Amazônia enquanto for mantida a Zona Franca de Manaus. Em sua avaliação, a PEC, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), assegura igualdade e justiça aos estados da região.

"Tenho defendido que cada Área de Livre Comércio da Amazônia vire um satélite da Zona Franca de Manaus, com orçamento próprio, no sentido de diversificar o

desenvolvimento e a industrialização sustentável na Amazônia", afirmou.

Jucá disse ainda que o fortalecimento das ZPEs e das ALCs é fundamental para economia de toda região, pois além de atrair novas empresas é garantia de criação de empregos e melhor qualidade de vida para a população.

A PEC de autoria do senador José Sarney (PMDB/AP), está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.